

EM PROTIDÃO DOBRADA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE MATERNIDADE, AMAMENTAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE MÃES POLICIAIS

**ON DOUBLE DUTY: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF MOTHERHOOD,
BREASTFEEDING, AND PROFESSIONAL PRACTICE AMONG POLICEMONS**

Ciências da Saúde • 11/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789071684](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789071684)

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante¹

Adrilayne dos Reis Araújo²

Vera Lúcia de Azevedo Lima³

Roberto Magno Reis Netto⁴

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as características do trabalho e as condições de exercício profissional e de saúde de mães policiais, bem como sua relação com a maternidade e o aleitamento, a partir de repositórios oficiais de literatura nacional e estrangeira. Foi realizada revisão bibliográfica qualitativa de 22 produções científicas, publicadas entre 2011 e 2024, submetidas à análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram barreiras estruturais e culturais relacionadas ao gênero, como desconfiança profissional, segregação funcional, assédio e dificuldades de conciliação entre carreira e maternidade. Quanto à amamentação, destacaram-se jornadas extenuantes, escalas irregulares, ausência de espaços adequados para ordenha e armazenamento do leite, falta de políticas institucionais e dificuldades no retorno ao trabalho, fatores associados ao abandono precoce do aleitamento. Embora tenham sido identificadas iniciativas de apoio, estas ainda são pontuais. Conclui-se pela necessidade de políticas institucionais efetivas que assegurem às policiais a conciliação entre maternidade, amamentação e exercício profissional.

Palavras-chave: Maternidade; Amamentação; Mulheres policiais; Segurança pública; Gênero e trabalho.

ABSTRACT

This study aims to analyze the characteristics of work and the conditions of professional practice and health among police mothers, as well as their relationship with motherhood and breastfeeding, based on official repositories of national and foreign literature. A qualitative bibliographic review of 22 scientific publications, published between 2011 and 2024, was conducted and subjected to content analysis. The results revealed structural and cultural barriers related to gender, such as professional distrust,

functional segregation, harassment, and difficulties in reconciling career and motherhood. Regarding breastfeeding, exhausting working hours, irregular shifts, the absence of adequate spaces for milk expression and storage, lack of institutional policies, and difficulties upon returning to work were highlighted as factors associated with early breastfeeding cessation. Although support initiatives were identified, they remain limited. The study concludes that effective institutional policies are necessary to ensure that police officers can reconcile motherhood, breastfeeding, and professional practice.

Keywords: Motherhood; Breastfeeding; Police women; Public security; Gender and work.

1. INTRODUÇÃO

A amamentação é reconhecida como uma prática essencial para a promoção da saúde integral da criança e da mulher, configurando-se como uma das estratégias mais eficazes de vínculo, proteção imunológica e desenvolvimento humano (Conceição et al., 2023). Para além disso, trata-se de um fenómeno dinâmico, interativo e relacional, envolvendo dimensões biológicas, afetivas, sociais e institucionais, que deve ser analisada e compreendida em sua complexidade, uma vez que "envolve percepção, julgamento, ação e reação entre mãe e criança", dentro de uma rede de fatores que podem favorecer ou dificultar sua ocorrência (Primo; Brandão, 2017, p. 1260).

Apesar dessa relevância, tem-se que diferentes categorias de trabalhadoras enfrentam barreiras significativas para manter o aleitamento materno exclusivo e continuado (Silva et al., 2023; Cavalcante et al., 2025), ao passo que as condições reais de

manutenção da amamentação por diversas profissionais ainda é uma incógnita, em muitos casos, como o de mães que atuam nas atividades-fim de órgãos de segurança pública.

Assim, com o intuito de melhor compreender o cenário que envolve essas mães-policiais, este estudo tem como objetivo analisar as características do trabalho e as condições de exercício profissional e de saúde de mães policiais, bem como sua relação com a maternidade e o aleitamento, a partir de repositórios oficiais de literatura nacional e estrangeira.

Para a ciência e a sociedade em geral, esta investigação representa a construção de um acervo acerca das condições laborais, da atuação profissional e da saúde de mulheres inseridas nas instituições de segurança pública, articulando esses elementos à vivência da maternidade e ao processo de amamentação. A pesquisa também colabora para evidenciar aspectos fundamentais relacionados à saúde dessas profissionais, ao mesmo tempo em que busca conhecimentos sobre os fatores que influenciam suas experiências de maternar e suas decisões a respeito do aleitamento enquanto fenômeno estreitamente ligado à autonomia feminina e à necessidade de cuidado.

2. METODOLOGIA

A pesquisa consolidou uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa (Martins; Theóphilo, 2016). Materializou-se a partir da análise de produções científicas oriundas dos seguintes repositórios científicos: Scielo, Semantic Scholar, Academia.edu, Research Gate e Google Scholar, PubMed e Academia.edu.

O levantamento das obras foi realizado ao longo do mês de setembro de 2025, mediante buscas realizadas por textos publicados entre 2010 e 2025, sob os argumentos “mães policiais, mães militares, policemoms, military moms, madres policiais e madres militares. A busca resultou na obtenção de 40 produções científicas (artigos, dissertações, resumos expandidos e projetos de pesquisa), dos quais foram eliminados 17 materiais repetidos e 1 cujo assunto não era adequado ao objetivo da pesquisa, resultando na classificação de 22 produções científicas.

As produções foram submetidas a um procedimento de análise de conteúdo (Bardin, 2011), pelo qual foram lidas e analisadas, para compreensão das características do trabalho e as condições de exercício profissional e saúde de mães policiais, e a relação entre essas e a maternidade e amamentação. Buscou-se, nas produções, informações conforme os seguintes eixos: 1) que expusessem diretamente questões referentes à maternidade ou amamentação de mães policiais (relação direta); ou, 2) que expusessem condições de saúde ou trabalho dessas mães, que, extensivamente, pudessem auxiliar a compreender a relação prevista no eixo 1.

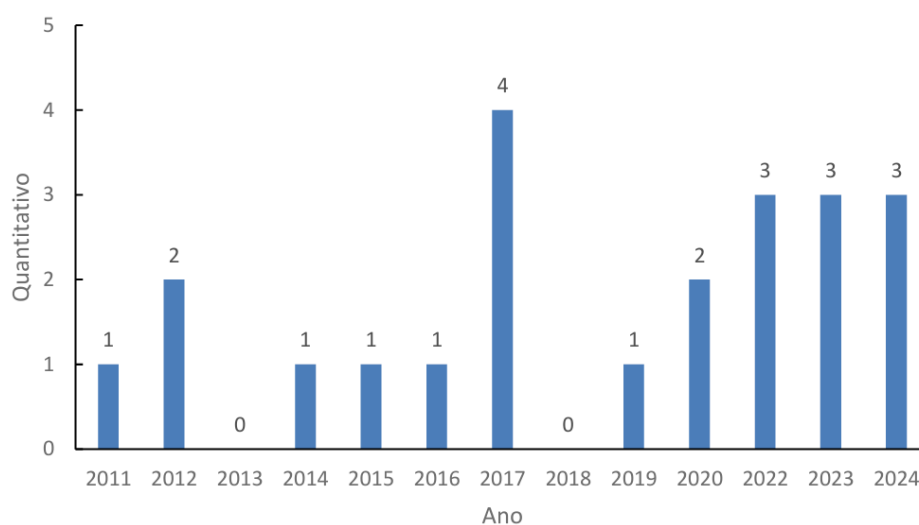
Da leitura em profundidade, foram extraídos enunciados com relação direta e indireta com as categorias maternidade, amamentação e o exercício profissional das mães-policiais. Em seguida os conteúdos foram analisados e classificados em categorias de análise, que permitiram a descrição das condições de trabalho, dificuldades e problemas de saúde vivenciados por diferentes grupos de mães policiais na área da segurança pública, permitindo, assim, o levantamento de evidências capazes de descrever a relação entre amamentação e exercício profissional na segurança pública.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Descrição Quantitativa dos Achados da Pesquisa

Primeiramente, a pesquisa selecionou 22 produções científicas, compreendidas entre os anos de 2011 e 2024, nos termos do gráfico 1.

Gráfico 1. Quantidade anual de produções selecionadas junto às plataformas científicas, publicados no período de 2011 a 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores, setembro/2025.

O ano de 2017 se destacou em termos de produções com 4 obras. Em seguida, surgem os anos de 2022, 2023 e 2024, com 3 produções cada, demonstrando que o tema parece ganhar relevância neste início da década de 2020. Ademais, tem-se os anos de 2012 e 2019 com duas produções, cada, e, por fim, os anos de 2011, 2014, 2015, 2016 e 2019 com uma produção.

Observou-se, por sua vez, uma prevalência de produções estrangeiras (16 produções, correspondendo a 72,73% em comparação às nacionais (6 produções, correspondentes a 27,27%), o que demonstra a necessidade de uma maior produção científica brasileira que articule a temática da maternidade e amamentação,

em face do exercício profissional de mulheres nas forças de segurança. Ainda, em relação aos estudos estrangeiros, deve-se salientar a existência de organizações com formação estrutural diferente da brasileira (como na Colômbia, por exemplo, em que as polícias se aproximam bastante das forças armadas, bem como de diferentes contextos civis e militarizados entre polícias Norte-Americanas), o que trouxe uma riqueza de informações relevante ao objeto em estudo.

Em todo caso, observou-se que os problemas evidenciados no contexto nacional e estrangeiro são bastante próximos entre si, o que permitiu uma relativa universalização das constatações. A tabela 1, por sua vez, apresenta características das produções obtidas.

Tabela 1. Quantidade, plataforma de origem, Percentual e Percentual Acumulado de enunciados de conteúdos de análise obtidos das produções selecionadas junto às plataformas científicas, entre 2011 e 2024.

Produção Científica	Plataforma de Origem	Relação	Origem	Quant. de enunciados	Porc. Relativos
Sarria et al. (2023)	ResearchGate; Academia.edu	Direta	Colômbia	13	9,03%
Barbosa; Carvalho (2017)	ResearchGate; Academia.edu	Direta	Brasil	12	8,33%

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/em->

Fonte: Elaborado pelos autores, setembro/2025.

Por sua vez, 11 produções (50%) apresentaram relação direta com o objetivo do presente estudo, enquadrando-se no eixo 1 da metodologia, ao passo que 11 produções (50%) apresentaram relação indireta com o objeto da pesquisa (eixo 2).

Ainda conforme a tabela 1, verifica-se que, a partir do processo de leitura, análise e categorização, foram extraídos 144 enunciados (citações) relevantes ao objetivo da pesquisa. Os autores mais expressivos foram Sarria et al. (2023), Barbosa e Carvalho (2017), Freitas (2012), Souza (2022), Oliveira e Stein (2024), Langan, Sanders e Agocs (2017), Newton e Huppatz (2020), Camara et al. (2023), Ellis (2017), Jennings (2020) e Illias, Demou e Riach (2024), que, em conjunto, somaram 102 enunciados, correspondendo a 70,84% do total, consolidando-se como os estudos mais representativos para a análise.

Por fim, a análise de conteúdo dos enunciados e sua organização resultou na obtenção das seguintes categorias: apontamentos sobre a amamentação de mães policiais e suas dificuldades; Discriminação institucional e dificuldades de gênero; políticas institucionais e redes de apoio. A distribuição e o percentual relativo dos enunciados em cada categoria foram sistematizados conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Quantidade, percentual e percentual acumulado de enunciados de conteúdos, por categoria de análise obtidos das

produções selecionadas junto às plataformas científicas, entre 2011 e 2024.

Categoria temática	Quant. de Enunciados	Porcentagem relativa
Apontamentos sobre a amamentação de mães policiais e dificuldades enfrentadas	79	54,86%
Discriminação institucional e dificuldades de gênero	53	36,81%
Políticas institucionais e redes de apoio	12	8,33%
Total	144	100%

Fonte: Elaboração dos autores, setembro/2025.

Embora a categoria inicial tenha sido a com maior número de ocorrências e a mais relevante ao estudo, por razões didáticas, optou-se pela exposição inicial da categoria de dificuldades profissionais relativas ao gênero, uma vez que boa parte dos apontamentos sobre a amamentação de mães policiais e dificuldades enfrentadas, surgem em decorrência dos problemas encontrados na primeira seção.

3.2. Discriminação Institucional e Dificuldades de Gênero

A literatura demonstrou que as mulheres que trabalham em instituições policiais (de natureza civil ou militar) enfrentam barreiras estruturais, históricas e culturais que reforçam desigualdades de gênero. A maternidade e o exercício profissional, nesse sentido, foram identificados como realidades incompatíveis com o exercício

profissional e que ocasionariam o surgimento de questionamentos sobre capacidade de dedicação das mulheres à carreira e o surgimento de exigências incompatíveis e desproporcionais com sua condição feminina.

Essas dificuldades, inclusive, que não se limitariam à realidade brasileira, mas revelaram uma certa universalidade do problema. Barbosa e Carvalho (2017), primeiramente, observam que a trajetória feminina nas polícias brasileiras seria marcada por desconfiança quanto à capacidade profissional, o que se acentuaria após a maternidade, o que também foi identificado por Ellis (2017), que demonstrou, em corporações norte-americanas, que policiais mulheres relataram sentir a permanente necessidade de provar competência superior à dos homens, sendo criticadas quando reivindicam ajustes ligados à maternidade ou gênero.

Rabe-Hemp e Humiston (2015), ainda em relação à realidade norte-americana, revelaram que estruturas hierárquicas rígidas reforçariam exclusões e dificultam ascensão profissional feminina, especialmente para mulheres com filhos pequenos. Em sentido semelhante, Weis *et al.* (2017) apontaram a persistência de assédios institucionais para além das estruturas hierárquicas, com relatos de mulheres vítimas de piadas depreciativas e questionamentos sobre feminilidade e competência profissional, evidenciando como práticas discriminatórias se manifestariam no cotidiano como uma verdadeira cultura institucional.

Analisando países africanos, Gaanderse e Valasek (2011) identificaram que as mulheres policiais, independentemente de formação ou experiência de campo, sofreriam uma permanente alocação em

funções meramente administrativas, perpetuando estereótipos de fragilidade.

Em relação à realidade colombiana, Ramírez (2019) verificou que o corpo da policial seria transformado em uma arena de disputa simbólica, tensionado entre a identidade profissional e os papéis sociais atribuídos pela maternidade, ao passo que Sarria *et al.* (2023) descreveram que as polícias colombianas se aproximariam das forças armadas em sua estrutura, o que intensificaria barreiras de gênero, inerentes às exigências de disciplina e disponibilidade absoluta recairiam de forma mais assente sobre as mulheres.

No contexto irlandês, Jennings (2020) demonstrou a existência de conflitos internos no psiquê de mulheres que necessitavam ser mães e policiais simultaneamente, demonstrando a existência do que considerou ser um estigma enraizado nas instituições policiais.

Os trabalhos de Langan, Sanders e Agocs (2017), no Canadá, e Newton e Huppatz (2020), na Austrália, também apontam que a marginalização das mulheres não ocorreria apenas em termos funcionais, mas também sob aspectos discursivos: o discurso organizacional reproduziria uma masculinidade operacional que marginalizaria o feminino e relegaria as mulheres a posições subalternas. Camara *et al.* (2023), no contexto senegalês, também identificaram o mesmo: a maternidade foi percebida como fator de fragilidade, legitimando discursos de que as mulheres não estariam aptas a suportar as demandas do serviço policial.

Assim, pode-se observar que os problemas relacionados ao gênero, como desconfiança, sobrecarga, segregação funcional e assédio, infelizmente, são comuns em diferentes países e estruturas

organizacionais. Observou-se um relativo consenso entre autores como Barbosa e Carvalho (2017), Ellis (2017), Rabe-Hemp e Humiston (2015), Gaanderse e Valasek (2011), Burns *et al.*, (2023), Weis *et al.* (2017), Ramírez (2019), Jennings (2020), Langan, Sanders e Agocs (2017), Newton e Huppatz (2020), Sarria *et al.* (2023) e Camara *et al.* (2023) no sentido de indicar que essas barreiras seriam estruturais e persistentes. Os preconceitos de gênero, dessa forma, guardariam um aspecto universalizável, do ponto de vista científico, dentro das corporações policiais.

Por sua vez, é relevante se apontar como essas reputadas barreiras de gênero, reveladas pela literatura nacional e internacional, se manifestariam na prática: primeiramente, Rabe-Hemp e Humiston (2015) descreveram que, mesmo em departamentos com políticas formais de equidade, as mulheres eram frequentemente tratadas como um problema administrativo quando engravidavam, sendo deslocadas para funções leves ou burocráticas, muitas vezes com perda de status profissional adquirido após longos períodos de dedicação à carreira. Esse rebaixamento profissional também foi identificado por Langan, Sanders e Agocs (2017), que revelaram o sentimento de muitas mulheres em torno de uma necessidade constante de provar seu valor após o retorno da licença-maternidade.

Barbosa e Carvalho (2017), também registraram relatos de bombeiras militares que sofreram perseguição e desconfiança por parte de colegas e superiores, especialmente quando designadas a funções operacionais. As autoras observaram que a presença feminina ainda é recebida com resistência em setores masculinizados e que sua competência seria constantemente

testada pelos superiores homens, o que se agravaria na gravidez e maternidade.

Agocs, Langan e Sanders (2014), também, entenderam que a cultura policial seria moldada por valores essencialmente masculinos, os quais tornariam as dimensões da maternidade e do policiamento relativamente incompatíveis entre si. Essa cultura, por sua vez, geraria tensões entre os papéis de mãe e profissional, como, por exemplo, em relação às exigências de disponibilidade total à corporação e ao cumprimento de jornadas imprevisíveis, o que tornaria inviável uma dedicação eficiente à vida familiar e militar.

Wright e Duddin (2022), também encontraram o mesmo problema na realidade policial do Reino Unido, afirmando que a ausência de políticas de trabalho flexível e o estigma da maternidade continuariam a restringir o avanço das mulheres nas corporações, ocasionando, inclusive, a desistência de carreiras promissoras, causando o advento de uma situação que comprometeria diretamente o bem-estar psicológico de policiais mães, já afetado pelas longas jornadas e pela falta de apoio institucional e ocasionaria o advento de um sentimento de isolamento dentro da corporação, também enunciado por Illias; Demou; Riach (2024).

De forma mais grave ainda, observou-se que a ascensão feminina a postos de comando seria percebida como uma ameaça simbólica à coesão das equipes masculinas, pelos homens, reforçando o isolamento das profissionais em posições subalternas (Oliveira; Stein, 2024).

As relações entre maternidade e desigualdade de gênero emergiriam, assim, como um ponto de intersecção entre vida

pública e privada que não seria bem recebido pelas instituições policiais, em sua cultura (Wright; Duddin, 2022; Illias; Demou; Riach, 2024).

Ademais, os estudos que, em diferentes países, o discurso de igualdade existiria em paralelo a práticas de exclusão naturalizadas na rotina profissional. Newton e Huppatz (2020) e Burns *et al.*, (2023) demonstraram que políticas de equidade de gênero em forças Australianas são frequentemente tratadas como meros instrumentos de imagem institucional, sem efetiva mudança nas relações de poder. Ou seja, há normas, mas não são postas em prática.

Freitas *et al.* (2012) também chegaram a conclusões semelhantes, evidenciando que a hierarquia militar e o corporativismo masculino criariam ambientes de contenção da autonomia feminina, onde a subordinação seria reforçada por padrões de comportamento esperados das mulheres (como discrição, autocontrole e aceitação das normas). Esse mesmo padrão foi identificado por Ellis (2016) ao descrever como as policiais norte-americanas internalizariam a necessidade de adaptar-se a um padrão de masculinidade, assumindo posturas mais rígidas e evitando demonstrações de vulnerabilidade para serem aceitas, a despeito de normas protetivas.

Como consequência, Elias *et al.* (2022) observaram que as bombeiras brasileiras relataram níveis elevados de estresse decorrentes da dupla jornada e da falta de reconhecimento, ao passo que Weis *et al.* (2017) demonstram que o assédio moral e sexual ainda é uma constante nas estruturas policiais, mesmo sendo condutas inteiramente proibidas.

A partir do conjunto dos achados literários, observou-se que a maternidade funciona como um marcador institucional de diferença e exclusão, cuja presença explicita as contradições entre o discurso e as normas de proteção, de um lado, e a prática cotidiana das corporações, de outro, revelando problemas estruturais e persistentes que atravessam fronteiras geográficas e parecem reproduzir uma cultura de exclusão.

A ascensão profissional de mulheres policiais, portanto, seria marcada tanto por uma resistência velada dos colegas homens, quanto por ausências de normas e práticas que impedem sua livre condição de ser mulher e optar por exercer a maternidade em paralelo a suas funções (Freitas, 2012; Ellis, 2017; Jennings, 2020; Souza, 2022). O trabalho policial ainda é concebido sob uma matriz masculina, e a presença das mulheres (sobretudo, quando se tornam mães) é frequentemente vista como uma exceção que precisa ser justificada.

3.3. Apontamentos Sobre a Amamentação de Mães Policiais e Dificuldades Enfrentadas

A análise das produções que abordaram aspectos relativos à qualidade da amamentação de mães-policiais e dificuldades enfrentadas, por sua vez, apresentou um contexto que confronta de um lado, o direito à liberdade sexual de optar pela lactação, e de outro, as exigências funcionais das corporações. A suposta liberdade de opção das mulheres, conforme a literatura, se mostrou sufragada pelas imposições de gênero já analisadas no tópico anterior, de modo que a amamentação não se torna uma opção livre e destituída de barreiras materiais.

Barbosa e Carvalho (2017), nesse sentido, foram assentes ao descrever que a amamentação, embora juridicamente garantida, seria dificultada na prática das agentes da segurança pública, por meio de problemas como escalas extenuantes, falta de estrutura para amamentar e ausência de compreensão institucional. Os relatos apresentados pelas autoras demonstram que o aleitamento foi, muitas vezes, interrompido precocemente pela falta de condições para ordenha e armazenamento do leite durante o serviço (Barbosa; Carvalho, 2017).

Igualmente, Freitas *et al.* (2012, p. 494) apresentam claramente as dificuldades de conciliação entre os papéis de mulher, agente de segurança e a mãe: “as características do Serviço Militar [...] podem dificultar o aleitamento materno. Carreira militar e família são instituições que requerem sacrifícios [...]” de modo que “[...] a conciliação entre as demandas da carreira militar e a satisfação da vida familiar, como esposa e mãe, é um desafio”.

Assim, maternidade e o exercício profissional foram expostos como sistemas de valores concorrentes, que impõem às mulheres o dever de provar, a todo tempo, que sua condição de mãe não reduziria sua qualidade profissional (Freitas *et al.*, 2012). Com isso, seria natural que a solução institucional para o problema consistisse no remanejamento das mulheres para funções administrativas ao longo do período de amamentação, ao invés de se buscar medidas para readaptação daquelas às suas funções originárias.

Souza (2022), por sua vez, também identificou um claro conjunto de óbices à amamentação por policiais militares brasileiras que, ao retornarem da licença-maternidade, enfrentavam jornadas noturnas

e deslocamentos longos, que inviabilizavam totalmente a manutenção do aleitamento materno de seus filhos.

No âmbito da literatura internacional, Jennings (2020), no contexto irlandês, observou que a amamentação seria tratada pelas corporações como uma escolha pessoal e não como um direito institucionalmente protegido, o que reforçava a responsabilização pelos problemas como uma questão meramente individual das mulheres, retirando a responsabilidade das instituições quanto à garantia de seus direitos.

Essa percepção também foi compartilhada por Newton e Huppatz (2020) e Burns *et al.*, (2023), que descreveram como o retorno das policiais australianas ao trabalho seria acompanhado de expectativas de desempenho equivalentes às dos colegas homens, a despeito das óbvias restrições fisiológicas ou emocionais ligadas ao pós-parto (problema que se liga diretamente à já relatada masculinização da atividade).

No contexto norte-americano, Ellis (2017) e Rabe-Hemp e Humiston (2015) evidenciaram que a falta de espaços apropriados para amamentar ou extrair o leite levaria muitas profissionais, até mesmo, a omitir o início de sua gravidez no ambiente de trabalho, e, posteriormente, a abandonar a amamentação, diante do receio de sofrer represálias ou perder posições funcionais que conquistaram a altos custos.

Já Langan, Sanders e Agocs (2017), em sentido bastante semelhante, apontaram que o retorno ao trabalho, após a licença-maternidade, seria acompanhado por uma vigilância institucional sutil, na qual o corpo lactante seria percebido como um objeto fora de lugar. Essa

percepção teria levado mães, inclusive, a evitar a extração de leite durante o expediente, por receio de julgamento dos colegas ou superiores.

A realidade colombiana, descrita por Sarria *et al.* (2023), apresentou um achado significativo: as restrições à amamentação, tal qual às imposições de desigualdades de gênero, seriam ainda mais severas em estruturas militarizadas, onde o tempo e o corpo das mulheres seriam totalmente subordinados à lógica da hierarquia, disciplina e obediência. A amamentação, nesse contexto, representaria uma verdadeira quebra do dever funcional e não um direito reprodutivo e humano a ser institucionalmente garantido (Rioja; Ramírez; Escarda, 2024).

Jennings (2020), ainda, observou que a maternidade seria tratada como um fator que ocasionaria uma descontinuidade na carreira policial das mães, no qual o retorno ao trabalho seria marcado por olhares de desconfiança e perda de autoridade das mulheres. Assim, embora não houvesse proibição formal ao ato de amamentar, as mães policiais optariam por esconder o cansaço, o medo e as mudanças físicas (e, notadamente, o leite que produziam), numa tentativa de se adequar ao ideal exigido pela postura profissional masculinizante.

Sarria *et al.* (2023), também expuseram que os maiores problemas das policiais surgiriam, justamente, quando do retorno de mães, após o fim da licença maternidade, momento em que as necessidades alimentares e biológicas de mães e bebês se confrontariam com as exigências institucionais das corporações. Nesse sentido, foram destacados relatos de mães que informaram que seu tempo legalmente garantido à amamentação não era

respeitado por seus superiores, em uma nítida violação a seus direitos humanos reprodutivos (Sarria *et al.*, 2023).

Em semelhante apontamento, Wright e Duddin (2022) descreveram que, no Reino Unido, “[...] a ausência de locais apropriados para a extração de leite e o medo de expor o corpo em ambientes masculinos fazem com que as policiais renunciem à lactação antes do desejado”. As autoras destacaram que o problema não se limita às condições físicas, mas estaria arraigado em uma cultura de comando que dissocia a eficiência profissional do exercício da maternidade. Essa dissociação geraria um duplo peso simbólico: a mulher é responsabilizada pela amamentação interrompida e, ao mesmo tempo, julgada e subestimada por tentar mantê-la (Wright; Duddin, 2022).

Esse tipo de desvantagem também foi descrito por Barbosa e Carvalho (2017), que relataram que, em diversos batalhões brasileiros, a amamentação fora interrompida precocemente pela incompatibilidade entre escalas e horários, ausência de locais adequados e falta de compreensão das chefias imediatas, pelo que destacaram o paradoxo de um sistema que, ao mesmo tempo em que exalta a maternidade como valor moral, nega as condições mínimas para sua vivência prática.

Camarero Rioja, Mañas Ramírez e Gómez Escarda (2024), igualmente, abordaram o impacto da gestação e lactação sobre as oportunidades profissionais, ao afirmarem que “la protección ante el desarrollo de determinadas funciones [...] durante el período gestante y lactante [...] puede hacer más difícil la incorporación tras concluir los períodos de licencia” (p. 6–7). Ou seja, há uma clara ambiguidade nas políticas supostamente protetivas que, ao

restringirem o desempenho operacional das mulheres durante a amamentação ao âmbito administrativo, mantém inacessíveis certas funções estratégicas, retardando suas promoções ou progressões funcionais.

Essa mesma contradição entre o ideal e o real surgiu em Freitas (2012) e Freitas *et al.* (2012) que constataram que, mesmo diante do reconhecimento formal da licença-maternidade (e da garantia do exercício de funções administrativas temporárias para mães lactantes), o retorno ao trabalho implicaria, sempre, uma supressão do corpo biológico em nome da neutralidade funcional exigida pelas instituições, nas quais o uso do uniforme, do colete balístico e a disciplina hierárquica exigida não seria compatível com o ato de amamentar.

Constatou-se, assim, que o direito à amamentação, ainda que reconhecido legalmente, seria sistematicamente desrespeitado no cotidiano das corporações policiais, uma vez que o discurso não seria acompanhado da tomada de medidas e práticas estruturais mínimas para sua realização, como a criação de espaços de amamentação (Sarria *et al.*, 2023), flexibilização de horários e políticas de acolhimento, inexistentes na maioria dos contextos dos autores analisados (Carvalho, 2017; Souza, 2022; Newton; Huppatz, 2020; Elias *et al.*, 2022).

Para além das leis, a ausência de normas internas sobre amamentação, de igual forma, reforçaria a invisibilidade do tema e perpetuaria práticas de exclusão simbólica das mulheres, sobretudo, no contexto da maternidade (Rioja; Ramírez; Escarda, 2024).

Barbosa e Carvalho (2017) e Souza (2022), no mesmo sentido, foram claros em apontar a ausência de políticas específicas e de orientação médica dentro dos quartéis, o que, novamente, ampliaria os obstáculos à continuidade do aleitamento. Segundo os autores, o cotidiano dessas mulheres seria permeado por imprevistos: extrações de leite em banheiros, longas viagens com dor e inchaço mamário, além do medo constante de punições por interrupção do serviço (Carvalho, 2017; Souza, 2022).

Tais imprevistos, na tentativa de favorecer (com muita dificuldade) a continuidade da amamentação, revelam o predomínio de soluções casuísticas e dependentes da boa vontade das chefias ou superiores. Newton e Huppatz (2020) e Langan, Sanders e Agocs (2017), no mesmo sentido, destacaram que a amamentação seria tratada como uma concessão, e não como um direito, que imporia às mulheres os ônus da readaptação ao ritmo das instituições.

Freitas (2012) e Freitas *et al.* (2012), ao analisar o quadro em relato, afirmam que essa ausência de normas claras e praticáveis gera um contexto de anomia (ou seja, ausência de normas que permitam a reivindicação de direitos) que, ao fim, resultaria na invisibilização institucionais das mães policiais (Newton; Huppatz, 2020; Elias *et al.*, 2022). Esse silêncio institucional reforçaria um padrão de isolamento, fazendo com que a amamentação se transforme em um fardo emocional oculto dentro das corporações (Illias; Demou; Riach, 2024).

Esse sofrimento, por sua vez, seria o resultado claro do conflito entre o ideal materno e o ideal profissional, ambos exigentes e, muitas vezes, excludentes entre si no ambiente da segurança pública (Elias *et al.*, 2022; Illias; Demou; Riach, 2024). Diante dos dilemas entre

carreira e amamentação, a interrupção do ato se impõe como a maior (ou a única) possibilidade viável ao sustento próprio e dos filhos.

O problema, pelo que demonstra a literatura, não residiria na ausência formal do direito, mas na impossibilidade material e simbólica de exercê-lo (Freitas, 2012; Freitas *et al.*, 2012). A amamentação seria tolerada enquanto confinada à esfera privada, mas não reconhecida como ato institucionalmente legítima ou bem-vinda nas casernas (Sarria *et al.*, 2023).

Com o retorno ao trabalho, caberia exclusivamente as mulheres buscar por creches ou cuidadores com os quais deixar seus filhos, diante da incompatibilidade de sua presença no seio de muitas instituições. Como consequência, surgiriam sentimentos de desolação emocional e a possibilidade de interrupção abrupta de um vínculo que o próprio Estado diz proteger: “[...] as mães trabalhadoras enfrentam barreiras para a amamentação, e a tendência é que a taxa de aleitamento exclusivo seja baixa” (Illias; Demou; Riach, 2022, p. 6).

Os custos psicológicos desta isenção institucional de responsabilidades, deve-se frisar, certamente se impõem como uma verdadeira violência estrutural que atinge frontalmente as mulheres. A literatura destacou, quanto a este aspecto, que policiais mulheres referiram ter vivenciado sentimentos como de culpa e inadequação, ao não conseguir manter seu aleitamento em razão das exigências institucionais (Elias *et al.*, 2022; Illias; Demou; Riach, 2024; Oliveira; Stein, 2024), resultando em um sofrimento moral silencioso e recorrente.

Elias *et al.* (2022) destacam que a consequência direta dessas barreiras seria, mais uma vez, o abandono precoce da amamentação e o aumento de sofrimento psíquico, tal qual, Ramírez (2019), que também afirmou que o impacto do processo de imposições realizados às mulheres e mães resultaria na interrupção da lactação, perda de identidade maternal e ruptura do vínculo mãe-bebê, o que só intensificaria os sentimentos de culpa e tristeza.

A condição profissional policial (civil ou militar) compele as mulheres o dever de se adaptarem a um modelo corporal que não foi feito para elas, ao passo que a amamentação, mesmo quando juridicamente protegida, ao invés de ser reconhecida como o símbolo de vida e cuidado que é, acaba por ser tratada como uma incompatibilidade institucional.

3.4. Políticas Institucionais e Redes de Apoio

Como mencionado ao início da análise, sobretudo no Brasil, ainda se observa a existência de poucos estudos buscando a compreensão da relação entre o exercício profissional de mães policiais e qualidade de sua amamentação. Diante disso, era de se esperar que se encontrassem também poucas iniciativas em busca de soluções para os problemas analisados e das já mencionadas culturas institucionais discriminatórias que resultam na imposição à mulher da responsabilidade de conciliar maternidade e exercício profissional na segurança.

No entanto, mesmo que de maneira residual, a literatura apontou (de forma direta e indireta) um conjunto de possíveis iniciativas no sentido de garantir o bem-estar das mães-policiais no decorrer de sua vivência de gestação e lactação.

Como evidência direta, o exemplo mais representativo foi apresentado por Weis *et al.* (2017), que analisaram o programa MOMS (*Mentors Offering Maternal Support* – Mentores Oferecendo Suporte Maternal), implementado diante da realidade Norte-americana: trata-se de um programa de oferta de mentoria as esposas de agentes de segurança, como forma de amenizar ou eliminar sintomas de ansiedade e depressão pré-natal, por meio de redes de apoio estimuladas entre mulheres. Como se nota, é um programa voltado às esposas de policiais homens. Não se afirmou no estudo sobre a participação de mulheres, mas, ainda assim, nota-se uma atividade de incentivo direto à maternidade voltada à profissionais da segurança.

Partindo da constatação de que a ausência do pai (militar) durante a gravidez seria um dos principais fator associado ao aumento da ansiedade materna, as autoras evidenciaram a “[...] necessidade de apoio específico de uma comunidade [...]” no sentido de eliminar um “[...] sentimento adicional de solidão e até depressão” (2017, p. 671). Embora o programa não tenha se apresentado como uma política sistemática (senão, como uma iniciativa em um contexto isolado), ainda assim, demonstrou-se o poder da presença de redes solidárias na redução dos impacto psicológico decorrentes da atuação profissional.

Por sua vez, Freitas *et al.* (2012) também abordaram a importância de suporte interno nas forças brasileiras. Embora seu estudo não estivesse diretamente voltado a políticas formais, os autores demonstraram que a adaptação de funções operacionais durante o período de amamentação representou uma forma de apoio tácito, ainda que dependente da boa vontade da chefia imediata ante a ausência de regulamentação, o que também foi evidenciado por

Sarria *et al.* (2023), em outro contexto. A adoção de soluções informais e improvisos, mesmo quando dependentes da compreensão dos superiores, demonstram possibilidades e providências que, apesar de pontuais, podem (e devem) ser mensuradas, compreendidas e convertidas em boas práticas institucionalizadas em favor das mães-policiais (Freitas *et al.*, 2012).

Ademais, a partir de uma análise indireta de críticas literárias, compreende-se que uma outra política relevante seria a atualização normativa do sistema de proteção à maternidade, bem como a previsão legal ou administrativa de estratégias e ações concretas em favor das mulheres. Rabe-Hemp e Humiston (2015, p. 240), nesse sentido, verificaram que, nos departamentos policiais norte-americanos, as normas de maternidade são inconsistentes e, muitas vezes, punitivas e desiguais, sobretudo num aspecto financeiro: “As políticas poderiam ser aprimoradas, particularmente devido ao impacto financeiro desigual sobre as funcionárias obrigadas a usar todo o seu tempo acumulado para se tornarem mães”, afirmando inclusive que essa seria “[...] uma exigência que não é imposta aos policiais homens”. A afirmação decorre do fato de que, no contexto analisado, as agentes não detinham direito a uma licença-maternidade, nos moldes brasileiros, devendo retornar as suas funções tão logo encerrado seu período de afastamento por recomendação médica (Rabe-Hemp; Humiston, 2015).

Em termos comparativos, observa-se o relativo avanço das normas brasileiras em relação ao cenário relatado. Porém, ainda assim, tem-se que as atuais licenças de 6 meses ainda se afiguram insuficientes em face das recomendações de amamentação contínua até pelo menos 2 anos de vida (Cavalcante *et al.*, 2025), pelo que se mostra necessário o advento de um conjunto normativo mais detalhado e

capaz de garantir o direito à maternidade e amamentação a mulheres que optarem por sua realização.

Depreende-se, dessa forma, a necessidade de estudos para a criação e implementação de novas normativas, e, a partir delas, da adoção de estratégias e ações que garantam, em termos materiais, a consolidação dos direitos vinculados à amamentação, até então, previstos em abstrato nas leis e regimentos. Não é demais dizer que essas normas, políticas e ações perpassam pela garantia efetiva de espaços apropriados, períodos de pausa e imunidades à discriminações em processos de promoção, e regras a respeito do afastamento e retorno à funções especiais, que se colocaram como problemas apontados na literatura analisada neste estudo.

Ademais, uma última possibilidade foi identificada a partir da crítica de Wright e Duddin, que ao analisarem o contexto do Reino Unido e, novamente, a insuficiência normativa de proteções às mães policiais, mencionaram a existência e o relativo avanço de “planos de retorno gradual” (2022, p.3).

Como boa a literatura aqui analisada apontou o retorno das mães da licença-maternidade como um dos principais momentos em que as mães-policiais se deparam com problemas institucionais que conduzem ao abandono da amamentação, certamente, a criação e institucionalização de planos de retorno gradual, mediados e acompanhados por profissionais de saúde especializados na área, certamente, representaria um significativo avanço em relação à garantia dos direitos dessas mulheres e um projeto digno de futuras propostas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender as características do trabalho e as condições de exercício profissional e saúde de mães policiais, e a relação entre essas e a maternidade e amamentação, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional disponível em repositórios científicos.

A análise dos 22 estudos selecionados evidenciou que a inserção de mulheres nas forças de segurança, seja no contexto brasileiro ou estrangeiro (o que permitiu considerar o problema como universalizável) ainda é marcada por barreiras estruturais de gênero, expressas em desconfiança quanto à sua capacidade, segregação funcional, assédios e punições simbólicas e objetivas àquelas que optam pela maternidade.

A maternidade e a amamentação, diante dessas barreiras, se colocaria como um marcador de diferença e exclusão das mulheres, gerador de um choque entre um ideal de policial construído sob matriz masculina e o corpo materno, especialmente, quando lactante.

No que se refere especificamente à amamentação, os achados demonstraram que, embora o direito seja formalmente reconhecido em diversos ordenamentos, ele é esvaziado na prática cotidiana das corporações policiais: jornadas extenuantes, escalas irregulares, ausência de espaços adequados para ordenha e armazenamento do leite, inexistência de políticas claras de retorno ao trabalho após a licença-maternidade e o estigma em torno da maternidade e a necessidade de provar valor, convergem para inviabilizar, na realidade, o aleitamento materno exclusivo e prolongado.

Em diferentes contextos, o corpo lactante é percebido como fora de lugar e a amamentação é tratada como escolha privada e não como direito institucional. A conciliação entre carreira e cuidado, assim, recai integralmente sobre as mulheres, produzindo sentimento de culpa, sofrimentos psíquicos, ocasionando o abandono precoce da amamentação.

À luz dessas constatações, as poucas iniciativas identificadas exsurtem não apenas como experiências promissoras, mas como indicadores concretos para a construção de possíveis políticas institucionais de proteção à maternidade e à amamentação no âmbito da segurança. Especialmente, essas possibilidades apontam para a necessidade de aprofundar o tema em estudos futuros, que ultrapassem a revisão de literatura e se apoiem em investigações qualitativas mais aproximadas da realidade das mães-policiais, com uso de instrumentos apropriados (como entrevistas em profundidade, aplicação de formulários etc.), capazes de captar nuances subjetivas, dinâmicas organizacionais e efeitos de longo prazo dessas práticas.

Por fim, deve-se afirmar que reconhecer e garantir, de forma efetiva, o direito de amamentar no interior das corporações policiais é um imperativo ético que devolve a traços de humanidade para instituições historicamente construídas sob moldes que negam o corpo feminino. Assegurar que mulheres policiais possam, de forma plena e tranquila, ser mães e profissionais, é condição imprescindível para uma segurança pública verdadeiramente democrática e justa, que permita que o olhar e o agir femininos também influam positivamente no fazer segurança e garantir a paz e a ordem nas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOCS, T.; LANGAN, D.; SANDERS, C. B. Police Mothers at Home: Police Work and Danger-Protection Parenting. **Gender & Society**, v. 20, n. 10, p. 1–25. 2014.

BARBOSA, M. G.; CARVALHO, D. G. Mulheres bombeiras militares mães: uma praxeologia para amamentar seus recém natos. **Revista Flammae**, v. 3, n. 8, edição especial XVII SENABOM, p. 425-439. 2017.

BURNS, E.; ELCOMBE, E.; PIERCE, H.; HUGMAN, S.; GANNON, S. Breastfeeding after return to work: An Australian national workplace survey. **Maternal & Child Nutrition**, v. 19, e13516, 2023.

CAMARERO RIOJA, L. A.; RAMÍREZ, B. M.; ESCARDA, M. G.. Fecundidad y alta exigencia profesional: trayectorias de las mujeres militares españolas. **Revista Española de Sociología**, Madrid, v. 33, n. 3, p. 1–16. 2024.

CONCEIÇÃO, F. O. V. A.; ZANIN, L.; ARAÚJO NETO, A. P.; PINHEIRO, F. S.; FLÓRIO, F. M. Fatores associados ao desmame precoce em banco de leite humano de hospital universitário. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 23, p. 1-20, 2023.

ELIAS, Elayne Arantes; VIEIRA, Letícia Becker; LANGENDORF, Tassiane Ferreira; MARTINEZ, Pilar Almansa; SOUZA, Ivis Emília de Oliveira. O vivido do planejamento reprodutivo de mulheres bombeiras militares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43. 2022.

ELLIS, L. K. Policemoms: perceived challenges impacting gender equity in policing. **Journal of Ethical and Legal Issues**, v. 11, p. 1–20, 2017.

ELLIS, L. K. **Policemoms:** perceptions of motherhood and policy in Ohio police organizations. 2016. 201fl. Doctoral thesis. Philosophy in Public Policy and Administration. Walden University, Minnesota, 2016.

FREITAS, T. C. S. B. **Situação do aleitamento materno entre policiais militares da Região Metropolitana de Belo Horizonte e fatores associados ao desmame.** 2012. 108 f. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, 2012.

FREITAS, T. C. S. B.; SILVA, S. C. S.; CHAVES, R. G.; LAMOUNIER, J. A. Prevalência do aleitamento materno e fatores associados à interrupção da amamentação em mulheres militares. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 30, n. 4, p. 493–498, 2012.

ILLIAS, M.; DEMOU, E.; RIACH, K. Impact of motherhood and social support on the wellbeing of UK female police officers and staff. **European Journal of Public Health**, v. 34, suppl. 3, p. 221-222, 2024.

JENNINGS, O. Motherhood and the Military, Apposing Forces? A Female Perspective. **The Journal of Military History and Defence Studies**, v. 1, n. 2, p. 12-33, 2020.

LANGAN, D.; SANDERS, C. B.; AGOCS, T. Canadian police mothers and the boys' club: pregnancy, maternity leave, and returning to work. **Women & Criminal Justice**, v. 27, n. 1, p. 1–15, 2016.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NEWTON, K.; HUPPATZ, K. Policewomen's perceptions of gender equity policies and initiatives in Australia. **Feminist Criminology**, v. 16, n. 4, p. 1–18, 2020.

PRIMO, C. C.; BRANDÃO, M. A. G. Teoria Interativa de Amamentação: elaboração e aplicação de uma teoria de médio alcance. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 6, p. 1257–1264, 2017.

RABE-HEMP, C. E.; HUMISTON, G. S. A survey of maternity policies and pregnancy accommodations in American police departments. **Police Practice and Research**, v. 16, n. 3, p. 239–253, 2014.

RAMÍREZ, Catalina Aristizábal. **Ser madre en un país en guerra:** significados de la maternidad en mujeres pertenecientes a la Policía Nacional de Colombia, ubicadas en la ciudad de Leticia, Amazonas. 2019. 127f. Trabajo de investigación (Maestría en Salud Pública). Facultad de Medicina, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá D.C., 2019.

SARRIA, J. J. G.; RAIRAN, F. S. G.; MOTOA, C. R.; CAMELO, D. I. O.; BOLAÑO, J. D. D. Madres en período de gestación y lactancia y su relación con el servicio policial en Colombia. **Revista Logos Ciencia & Tecnología**, v. 15, n. 1, p. 19–32. 2023.

SILVA, I. A.; SILVA, C. M.; COSTA, E. M.; FERREIRA, M. J.; ABUCHAIM, E. S. V. Amamentação continuada e trabalho: cenário de persistência e resiliência materna. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 1, p. 1-15, 2023.

SOUZA, E. M. Mães podem ser heróis? Maternidade e maternal body work nos bombeiros militares. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 26, n. Sup. 1, p. 1-13, 2022.

WEIS, K. L.; LEDERMAN, R. P.; WALKER, K. C.; CHAN, W. Mentors offering maternal support reduces prenatal, pregnancy-specific anxiety in a sample of military women. **Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing**, v. 46, n. 5, p. 669–685, 2017

WRIGHT, K.; DUDDIN, K.; BELL, S.; WRIGHT, F. Are forces past their 'due date'? The impact of mothers' experiences during pregnancy and returning to the workplace after a period of maternity leave. **Centre for Policing Research and Learning**, The Open University. Disponível em: <https://www.college.police.uk/research/projects/are-forces-past-their-due-date-impact-mothers-experiences-during-pregnancy-and-returning-workplace-after-period-maternity-leave>. Publicado em: 20.07.2023. Acesso em: 1 maio 2025. 2023.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Campus Belém. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Campus Belém. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Campus Belém. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Campus Belém. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

